Sexta-feira, 20 de Janeiro de 2012 I Série-A — Número 30

DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014) 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE 19 DE JANEIRO DE 2012

Presidente: Ex. mo Sr. Alcino Pinto

Secretário: Ex. mo Sr. Gil Costa

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 50 minutos.

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Chapas de Zinco procedeu à auscultação do Sr. Carlos Alberto, Representante da Firma Leny – Materiais de Construção, relativamente ao processo de venda das 40 274 chapas de zinco do projecto financiado pelo Governo Japonês em 2008. Usaram da palavra, além deste, os Srs. Deputados José Viegas (MLSTP/PSD), Gil Costa (PCD) e António Ramos (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às *11 horas e 15 minutos.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados.

Acção Democrática Independente (ADI)

Alexandre Guadalupe
Levy Nazaré
Paulo Jorge

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD)

Alcino Pinto
António Ramos
José Viegas

Partido de Convergência Democrática (PCD)

Gil Costa

O Sr. **Presidente**: — Sr. Carlos Costa, damos-lhe boas vindas a essa Casa Parlamentar. Talvez é a primeira vez que sobe as nossas escadas e por um assunto que nós os Deputados estamos a tentar esclarecer, mas antes deixa-me situar como temos estado a auscultar alguns cidadãos que têm estado a colaborar connosco nesse processo.

Para lhe informar que no decorria o ano 2010 quando o Governo na sequência de um acordo assinado com o governo japonês fez aquisição de alguns materiais dentre os quais se encontravam cerca de 40 000 chapas de zinco. Essas chapas de foram vendidas e um grupo de deputados entendeu que o processo de venda não pareceu o mais transparente possível nem tão pouco observou as normas legais existentes para alienação desses bens e também evocava na altura uma eventual perca de recursos para o erário público.

Face a isso, a Assembleia Nacional a pedido dos meus constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar basicamente se os Deputados tinham ou não razão. Essa Comissão Parlamentar foi constituída em Setembro de ano passado e Assembleia Nacional fixou a mesma três objectivo que leio rapidamente. É constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito com os seguintes objectivos:

1. Analisar profundamente o processo de venda de 40 274 chapas de zinco. Projecto financiado pelo Governo Japonês em 2008.
2. Averiguar a legalidade dos actos a luz das normas em vigor.
3. Propor medidas correctivas que permitam a reposição da legalidade e a responsabilização dos eventuais infractores.

Para isso, foi constituída essa Comissão de Inquérito que integra os Srs. Deputados dos três grupos com assento parlamentar ou seja, a ADI, o MLSTP/PSD e PCD. O partido MDFM/PL não está representado nesta comissão porque de acordo com as nossas regras o partido com menos que 5 Deputados não integra a comissão. Está a orientar os nossos trabalhos uma lei denominada lei do regime dos inquéritos parlamentares que é a lei nº 2/2007.

Rapidamente, Sr. Carlos, vou ler alguns aspectos apenas da nossa Lei, para o situar. Falo dos poderes da nossa Comissão.

«1. As comissões parlamentares do inquérito gozam de todos os poderes de investigação das autoridades judiciais.

2. As comissões têm direito à coadjuvação dos órgãos de investigação criminal e de autoridades administrativas nos mesmos termos que os Tribunais Judiciais.

Como não somos uma instituição especializada em questões judiciais, caso se torne necessário nessa averiguação podemo-nos socorrer dos órgãos especializados nessa matéria.

3. As comissões parlamentares de inquérito, por proposta dos seus membros, podem requerer ao Governo, às autoridades Judiciárias, aos órgãos da administração ou às entidades privadas, as informações e documentos que julguem úteis à realização do inquérito».

O senhor, enquanto responsável de uma sociedade comercial que é uma entidade privada, enquadra nesse ponto.

O artigo 19.º, por exemplo, em termos de depoimentos, que é o caso:

«1. A falta de comparência perante a comissão parlamentar de inquérito ou a recusa de depoimento só se terão por justificadas nos termos gerais da lei Processual Penal.

2. A obrigação de comparecer perante a Comissão tem precedência sobre qualquer acto ou diligência oficial.

Esperamos que não tenhamos, com essa diligência, alterado um programa seu de grande importância. O artigo 21.º que faz referência, fora dos casos previstos no artigo 19.º, que acabei de ler:

«1.Fora dos casos previstos no artigo 19.º, a falta comparência, a recusa de depoimento ou não cumprimento das ordens legítimas de uma comissão parlamentar do inquérito, no exercício das suas funções, constitui crime de desobediência qualificada para os efeitos previstos no Código Penal.»

Esses são alguns aspectos apenas para lhe situar. Temos estado a fazer um esforço no sentido de que haja da nossa parte e daqueles que são ouvidos por nós a maior abertura possível, porque no final queremos apenas averiguar se os Deputados que levantaram as questões têm razão ou não. Daí que a vossa colaboração, enquanto entidade privada e comercial é sempre bem-vinda.

Cumprida esta parte, passo a uma outra parte formal, que é solicitar o Sr. Carlos o seu nome completo.

O Sr. **Representante da Firma Leny** (Carlos Alberto): — Sou Carlos Alberto dos Santos Costa.

O Sr. **Presidente**: — Solteiro?

O Sr. **Representante da Firma Leny:** — Divorciado.

O Sr. **Presidente**: — Profissão.

O Sr. **Representante da Firma Leny:** — Empresário.

O Sr. **Presidente**: — Residência.

O Sr. **Representante da Firma Leny:** — Resido na Avenida da Marginal 12 de Julho.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Carlos, sabe que está cá por causa deste processo das chapas, de acordo com a nota?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Sim. Vi aqui na notificação.

O Sr. **Presidente**: — A primeira questão que ia colocar é, como é que o Sr. Carlos ou a sua sociedade soube da existência dessas chapas que estavam para ser comercializadas.

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Através da venda que foi anunciada como hasta pública nas Alfândegas.

O Sr. **Presidente**: — Participou no leilão?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Participámos.

O Sr. **Presidente**: — Tendo participado no leilão, qual foi a vossa reacção quando tiveram conhecimento de que não haveria a segunda praça? Pode até fazer um relato de tudo que achar útil e depois faremos as perguntas, se os Srs. Deputados não virem inconveniência.

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Quando tivemos conhecimento de que iria haver um leilão das chapas de zinco, eu próprio dirigi-me à Direcção das Alfândegas e pedi que me permitissem ver as chapas, para que se achássemos que estavam a bom preço pudéssemos licitar. Foi-nos autorizado ver as chapas, foram abrir os contentores, verificámos as chapas e a partir desse momento, não estava eu no País, mas estava o Sr. Afonso, e foi à hasta pública, em que o preço que era pedido estava muito além do preço razoável para a venda das chapas. Não fizemos nenhuma proposta ao preço, porque a base de licitação era substancialmente superior ao preço da mesma mercadoria no mercado.

Tendo conhecimento de que não houve venda das chapas, posteriormente dirigi-me novamente à Direcção das Alfândegas, pedi uma reunião com a Sra. Directora, que me aceitou, e perguntei-lhe como é que iria ser a evolução do negócio das chapas. A Sra. Directora, na altura, disse-me que achava que iria ser vendida numa segunda praça ou em alternativa por negociação particular, mas por ventura se nós tivéssemos interesse que o formalizássemos. Questionei sobre o valor e foi-me dito que ela desconhecia essa situação, que estava acima dela e que era uma questão de tutela.

Então, em 19 de Outubro, formalizámos, por escrito, o nosso interesse na totalidade das chapas de zinco. Fizemos uma carta à Direcção das Alfândegas, que foi entregue, em que dizia: «Estamos interessados na aquisição da totalidade das chapas de zinco leiloadas por Vossas Excelências, cuja proposta feita por vossa

parte não foi coberta por nenhum dos presentes. Por conseguinte, manifestamos o interesse na aquisição da totalidade das chapas zincadas.

Pedimos a Vossas Excelências que nos proponham o valor final do produto em causa.

São Tomé 19 de Outubro de 2010».

Ficamos a aguardar algum tempo, não nos foi dado a resposta e pedi uma nova audiência com a Sra. Directora das Alfândegas, que ma concedeu, e sobre a situação no concreto disse o seguinte: «Olhe, fiz seguir a orientação para onde de direito e, por conseguinte, não lhe posso dizer se por ventura vão vender ou se não e qual é o preço e se seguramente vai ter resposta à carta que fez, mas se quiser formalizar uma outra carta, para que lhe dê o indicador do preço, quer fazer o favor de fazê-lo».

Assim foi e em 16 de Dezembro de 2010 mandámos uma outra carta à Direcção das Alfândegas, onde diz: «Seguindo a nossa manifestação da carta de 19 de Outubro de 2010 para aquisição das 40 000 chapas zincadas que o Governo pretende vender e que foram retiradas de leilão, reiteramos o nosso interesse pelas mesmas, nas seguintes condições. O nosso preço de compra das chapas, sem outros encargos, é de 7 000 dobras por cada chapa. Não havendo qualquer outro valor a pagar da nossa parte, as chapas devem ser em boas condições para a sua comercialização». E ficámos a aguardar que nos fosse dado a resposta. Até hoje não nos deram a resposta, nem da primeira nem da segunda carta e julgo que, em Março ou Abril de 2011, não tenho bem a certeza, porque não escrevi, pedi uma nova reunião para saber da resposta a essa nossa formalização e foi-nos dito pela Sra. Directora que achava que o Governo não tinha intenções de levar as chapas à venda, porque estava muito aquém do valor que tinha sido a referência do projecto com que elas tinham entrado no País.

Não sei rigorosamente mais nada sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — O brigado Sr. Carlos. Disse-nos que não sabe rigorosamente mais nada a não ser isso que relatou, mas de qualquer forma temos que colocar algumas questões. Sr. Carlos, a sua empresa não teve nenhum contacto com a Direcção do Comércio?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Não. Só com a Direcção das Alfândegas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Depois de Março de 2011, da última solicitação que fez à Sra. Directora das Alfândegas, não obteve resposta formal. No entanto, soube que as chapas foram vendidas. Teve alguma outra reacção, algum contacto, outra correspondência enviada a alguma instituição?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Continuo a aguardar que me sejam dadas as respostas às cartas que enviámos. Não soube rigorosamente mais nada sobre isso até hoje.

O Sr. **Presidente**: — A vossa última proposta era de 70 000 dobras?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Era de 70 000 dobras e ficámos a aguardar que nos fosse dito se servia ou se era preciso mais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Carlos, poderá pôr à nossa disposição, porque não consta dos processos dos documentos que temos, as duas notas formalizadas, quer a primeira, de 19 de Outubro, quer a segunda, que era de 16 de Dezembro?

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — No registo que tenho só há três. Uma em 19 de Outubro, a segunda é de 16 de Dezembro e a última é de Março de 2011.

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Março foi a reunião que eu tive na Direcção das Alfândegas. Não tenho certeza absoluta se foi em Março ou Abril.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Carlos, para me situar, dos encontros que teve com a Sra. Directora das Alfândegas, os dois primeiros, sobretudo na apresentação da proposta, em momento algum a Sra. Directora teria dito que não era a Direcção das Alfândegas o serviço competente para negociar as chapas? Ela permitiu que o senhor fizesse as propostas?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Sim, sim. Aliás, as cartas estão dirigidas à Direcção das Alfândegas e nunca falei com mais ninguém sobre esse assunto, a não ser com a Direcção das Alfândegas.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — E as propostas foram feitas com o consentimento dela? Depois da reunião, a explicação que ela deu sobre as chapas é que o motivou a fazer as propostas?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — No seguimento da nossa conversa e porque foi-me indicado que passasse a escrito aquilo que no momento estava a ser falado, formalizei.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Em momento algum tomou conhecimento de que a Direcção do Comércio é que passou a se responsabilizar pela comercialização das chapas?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Não faço ideia.

O Sr. **Presidente**: — Caros colegas, há questões ainda a colocar?
Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Carlos, a empresa que o senhor dirige tem filial ou é única?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Eu sou Sócio-gerente da Leny e não temos outra loja, não temos outro escritório. É onde foi entregue a notificação para eu vir aqui.

O Sr. **Presidente**: — Talvez o que o Sr. Deputado António Ramos quer é saber se a Leny é um grupo ou existe várias firmas Leny autónomas.

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Não, a Leny é única.

O Sr. **Presidente**: — Solicitámos uma informação aos Serviços de Notariados, porque as empresas foram citadas ao longo das audições e quisemos saber junto dos Serviços de Notariados se de facto existe essas empresas legalmente constituídas e no que concerne à Leny recebemos uma nota que dizia que, relativamente à Leny propriamente dita, posso até citar: «No que concerne à sociedade comercial Leny, ainda não podemos confirmar se existe a sociedade comercial tão-somente com essa designação, no entanto, gostaria de informar que consta nos registos desse Serviço várias sociedades comerciais originárias da referida sociedade, nomeadamente; Lenimovel, Lenafrica Negócios Internacionais, Leny – Materiais de Construção. A questão é: qual é a Leny que tratou dessa questão das chapas?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Com todo o respeito, só posso dar a seguinte resposta a isso. Essa informação só pode ser um lapso.
Leny só há uma, é a Leny – Materiais de Construção, em Almeirim. Não há mais nenhuma. Estamos ligados a um grupo de empresas que é a Lenimovel, Lenicar, Lenafrica, Lenagri, Lenindustrial, cada uma tem este nome e aquela é Leny.

O Sr. **Presidente**: — Cada uma tem a sua escritura?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Cada uma tem a sua escritura, tem o seu nome. Aliás, posso esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — A que relacionou com a questão das chapas é Leny – Materiais de Construção?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Leny – Materiais de Construção é a única que se chama Leny, porque as outras não são Leny.

O Sr. **Presidente**: — Lenafrica. Ah tem razão! Lenimovel.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Porquê se chama Leny.

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — É porque a minha mulher se chama Lena. Exactamente por isso.

O Sr. **Presidente**: — Só agora que estou a concluir que de facto há uma Leny Materiais de Construção. Outras são a Lenafrica, a Lenimovel, tudo junto.

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Exactamente, a única que é Leny é esta.

O Sr. **Presidente**: — Os serviços também fizeram essa leitura.

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Tenho aqui a cópia do registo e se for preciso posso facultar. Não custa rigorosamente nada.

O Sr. **Presidente**: — Pelo que o Sr. Carlos acaba de nos informar, dos contactos feitos com a Direcção das Alfândegas, diferentemente da primeira empresa, temos que concluir que houve uma participação no leilão e após a retirada da primeira praça e por não ter havido uma segundo, das demarches feitas junto da Direcção das Alfândegas, foi-lhe aconselhado a apresentar propostas e elas foram feitas, o que não mereceu encaminhamento nenhum. Podemos concluir que não obteve resposta sobre as propostas que havia feito à Direcção das Alfândegas?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — É verdade. Não tive nenhuma resposta até hoje, não obstante ter razões para acreditar na Sra. Directora que disse que tinha feito o encaminhamento para onde de direito dessas mesmas propostas.

O Sr. **Presidente**: — Queríamos pedir-lhe, Sr. Carlos, para constar no nosso arquivo, esses documentos relativos às propostas. A escritura talvez não seja necessária, os serviços confirmaram-nos que há Leny – Materiais de Construção e que de facto existe essa sociedade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Carlos, apenas para precisar. Da última reunião que teve com a Sra. Directora, inicialmente disse que havia dito que as chapas, não tendo sido arrematadas no leilão na primeira praça, poderia haver uma segunda ou não, como uma venda a um particular. Era possível que houvesse uma segunda praça ou…

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Isso não foi na última reunião que tive com a Sra. Directora. Essa reunião foi depois da tentativa de venda em hasta pública. Foi nessa altura, não nas reuniões que tive depois disso.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sim, depois da primeira praça, teve logo a seguir um encontro com a Sra. Directora?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Algum tempo depois.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — E ela disse que poderia haver a segunda praça ou não.

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Exactamente.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — E na última reunião que teve com a Sra. Directora ela informou-o de que já não haveria a segunda praça e que as chapas tinham sido retiradas de leilão?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Naquele momento já tínhamos entregado as nossas cartas, a primeira e algum tempo depois a segunda. A reunião que tive com ela foi depois dessa última carta entregue, em que me disse que ainda não tinha resposta, haveríamos de receber a resposta oficialmente, mas que julgava ser intenção do Governo não colocar as chapas à venda pelo facto de o valor, a partida, ser bastante inferior ao valor, palavras dela, que tinha sido atribuído às chapas no âmbito do projecto que as trouxe.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Esta informação obteve já na última reunião, em Março?

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Sim, Março, Abril, não posso precisar, porque não tomei nota da data.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Carlos, queremos agradecer e informar-lhe que vamos produzir uma acta, isso é um processo que depois teremos que apresentar um relatório ao Plenário da Assembleia e estamos a fazer um esforço, no sentido de apresentar uma acta a todas as pessoas que estão a ser ouvidas por nós, para as subscrever, caso estejam de acordo com o conteúdo.

Talvez na próxima semana submetê-lo-emos uma acta e queríamos também pedir a sua disponibilidade caso se torne necessário voltar a ouvi-lo pessoalmente ou em acareação com alguém, que manifestasse a disponibilidade desde já, e agradecemos atempadamente.

Em nome dos meus colegas, uma vez mais, agradecemos pela sua presença, colaboração e pedimos desculpa pelo incómodo.

O Sr. **Representante da Firma Leny**: — Muito obrigado, estou totalmente disponível para cada momento que seja necessário. À altura dos meus conhecimentos, estou totalmente disponível para o que for necessário.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.
Srs. Deputados, declaro encerrada a reunião.

Eram 11 horas e 15 minutos.